

que lhes são próprias, para a apreensão das grandes correntes que organizam este mundo; uma confiança ao mesmo tempo determinada e crítica numa abordagem etnográfica atenta e incisiva quer face às estruturas, quer aos detalhes: *Global Responses to AIDS* deve tornar-se uma referência no campo internacional dos estudos sociais das ciências.

Considerado do ponto de vista da «antropologia portuguesa», este livro adquire um alcance suplementar. Numa espécie de duplicação irónica de uma característica do seu objecto, vem inserir-se num universo científico cujo essencial da história pode ser interpretado como a gestão de uma situação periférica em termos de leituras e de refrações de correntes de pensamento definidas noutros contextos. C. Bastos não é certamente a primeira antropóloga portuguesa a publicar numa língua estrangeira. Mas o seu trabalho surge num momento-charneira onde se desenham neste país nítidas linhas de evolução da disciplina que ele contribui para afirmar e amplificar: dialoga com abordagens metodológicas e teóricas detentoras de posições de força e interpreta-as sem complexos; alarga os terrenos para lá do repertório, até aqui bastante maioritário, constituído pelo território nacional e antigas colónias (não é nesta qualidade que o Brasil é abordado aqui). Só o futuro o confirmará, mas, juntamente com outras publicações (nomeadamente *Um Islão Prático*, de Maria Cardeira da Silva, 1999, Celta), este livro poderia marcar o momento a partir do qual não é definitivamente mais pos-

sível falar de antropologia portuguesa apenas como uma antropologia feita «sobre» ou «em» Portugal. Releve-se, enfim, que, no caso em que se preveja uma desejável edição portuguesa, conviria que ela ostentasse explicitamente a sua filiação disciplinar a partir até do próprio título. Com efeito, logo que uma investigação incide em objectos associados, bem ou mal, à contemporaneidade mais viva ou a «problemas sociais», o discurso público — designadamente jornalístico, mas também de representantes de disciplinas vizinhas — revela com frequência a tendência para a associar indiferentemente à sociologia em razão do estatuto ainda subalterno da antropologia e da persistência indevida da imagem passadista dos seus objectos. Mostrando C. Bastos bastante apego à tradição disciplinar da abordagem etnográfica, cujas capacidades heurísticas e flexibilidade ela ilustra, seria de deplorar que o seu trabalho conhecesse a mesma sorte.

JEAN-YVES DURAND

Bernard Lepetit, Carnet de croquis. Sur la connaissance historique, Paris, Albin Michel, 1999, 316 páginas.

Uma obra que foi concebida e intitulada pelo seu autor como um *croquis* — um esboço, por definição inacabado e provisório — tornou-se

tristemente um desenho definitivo, uma síntese abrupta de uma carreira de investigação e reflexão históricas: Bernard Lepetit morreu em 1996, vítima de atropelamento. Como escreve Alain Boureau na introdução à primeira parte deste livro, os «esboços» aqui reunidos anunciavam novos desenhos e novos quadros que nunca existirão. Ao mesmo tempo, porém, o desaparecimento prematuro de Lepetit convida a posicionarmos-nos desde já perante esta obra em forma de balanço — a procurar o seu legado específico para a história, o que é que podemos aprender com os seus textos teóricos. E não é pouco: o que revela esta dúzia de artigos, entre si relacionados de várias maneiras, é um pensamento sobre a história coerente e original que vinha a desenvolver-se entre finais dos anos 80 e meados dos anos 90. É o interesse e actualidade dessa reflexão interrompida que pretendo aqui sublinhar.

Parte dos artigos reunidos nesta obra são inéditos, outros tinham já sido objecto de publicação, nomeadamente em revistas, como os *Annales* ou a *Revue de synthèse*. Há alguns anos, num momento em que a publicação de obras sobre o conhecimento histórico em França registava um aumento visível, a reunião desse material disperso num volume foi pensada pelo autor como o seu contributo para o debate.

Publicado postumamente, reunindo artigos escritos, aparentemente, entre 1987 e 1994, *Carnet de croquis* começa por ser um livro com algu-

mas deficiências de edição: gralhas, algumas notas incompletas e, sobretudo, dificuldade para o leitor em identificar a origem e a data de alguns dos textos. A obra foi dividida em três partes, cada uma delas brevemente apresentada por um historiador com quem Lepetit manteve diálogos: «1. As formas da experimentação» (apresentação por Alain Boureau); «2. Modelos dinâmicos» (por Daniel Nordman); «3. O presente, ponto de vista do tempo» (por Jean-Yves Grenier). Na verdade, porém, à medida que a leitura avança, parece-me que esta tripartição se torna pouco importante, acrescentando pouco significado à leitura. Insensivelmente, aquilo que parecem (e são) artigos sobre temas específicos vai-se transformando num conjunto ambicioso e interligado de reflexões em que estão presentes algumas das questões teóricas mais importantes que, segundo Lepetit, se colocam ao historiador: do que caracteriza o raciocínio em história até à construção experimental do objecto, da micro-história até à história como discurso sobre o real, enfim, a articulação entre espaço e tempo e entre passado e presente e, para concluir, um breve mas precioso conjunto de propostas derivadas de um entendimento restritivo da interdisciplinaridade.

O contributo epistemológico de Lepetit é dado a partir de uma posição particular: o seu percurso profissional e historiográfico está intimamente ligado à École des Hautes Études en Sciences Sociales (herdeira da 6.^a secção da École Pratique des Hautes Études) e à revista *Annales*, de

que foi secretário de redacção entre 1986 e 1991 e, depois, co-director, até falecer. Nos finais dos anos 80, a revista começou explicitamente a reflectir sobre si mesma e a assumir uma nova orientação. Essa mudança traduziu-se em dois pequenos editoriais-manifestos, num número temático especial e, finalmente, na mudança do subtítulo da própria revista: de *Économies, sociétés, civilisations*, para *Histoire, sciences sociales*¹. Ora, e a leitura de *Carnet de croquis* confirma-o plenamente, Bernard Lepetit foi um dos principais impulsionadores dessa reorientação em que uma teoria implícita da causalidade social foi abandonada para dar lugar ao sublinhado da relação entre história e ciências sociais. Ela deve ser entendida como a resposta específica que os *Annales* começaram a dar à chamada crise da disciplina histórica tal como ela foi praticada ao longo de boa parte do século xx, sobretudo em França, mas não apenas, também com forte poder de irradiação para outras tradições historiográficas, incluindo a portuguesa.

Sem confundirmos o autor com o espaço mais largo e plural que é a revista, o livro de Lepetit percorre um caminho epistemológico que, ao

¹ «Histoire et sciences sociales: un tournant critique?», in *Annales E. S. C.*, n.º 2, Março-Abril de 1988, pp. 291-293; «Histoire et sciences sociales. Tentons l'expérience», in *Annales E. S. C.*, n.º 6, Novembro-Dezembro de 1989, pp. 1317-1323. Todo este último número, temático, intitulado *Un tournant critique*, resulta dessa nova «política redactorial» da revista. A mudança no subtítulo da revista deu-se em inícios de 1994.

mesmo tempo, critica e reivindica de forma particularmente consistente a tradição dos *Annales*. A leitura destes artigos, mesmo que reflectindo os interesses particulares de investigação do autor e de escritos com motivações diversas, revela como estão presentes em toda a sua reflexão dois dos mais importantes traços da orientação da revista tal como ela foi formulada, desde 1929, por Marc Bloch e Lucien Febvre: a definição da história como uma ciência social, que deve entrar em diálogo com as demais, e a ideia de história-problema ligada à construção do objecto de estudo. Estes pressupostos são suficientemente abrangentes para se delinear um programa de investigação renovado e ambicioso que, sendo fiel à atitude inicial, procede a uma revisão crítica profunda de alguns dos principais autores e conceitos da historiografia dos *Annales*. Em vez de decretar a sua morte, Lepetit prefere observá-los de perto. Esta metodologia vai aqui ser ilustrada com dois exemplos: a análise feita pelo autor, em artigos distintos, do legado historiográfico deixado por Labrousse e Braudel, ou, por outras palavras, da questão do uso do quantitativo em história e das múltiplas dimensões do tempo histórico.

Diante do passado não é possível ter muitas ilusões: para Lepetit, o saber histórico não evolui de forma progressiva nem contínua e cada momento da historiografia dispõe de conhecimentos relativos e de perguntas datadas. Mas compreender as aporias e as dificuldades não resolvi-

das por um autor como C.-E. Labrousse, por exemplo, é o que nos permite hoje ganhar distância relativamente à utilização que posteriormente foi feita da sua sofisticada metodologia — de resto, entendida de forma simplista pela história serial dos anos 50 e 60. Dois artigos sobre história quantitativa, um dos quais debruçando-se detalhadamente sobre a obra daquele pai-fundador da história económica do antigo regime, mostram bem este modo de proceder, que consiste em «fazer jogar Labrousse contra Labrousse» [«L'expérience historique. À propos de C.-E. Labrousse» (em co-autoria com J.-Y. Grenier), p. 47]. Tornar evidente que as séries de preços e de rendimentos estabelecidas por Labrousse operaram sucessivas reduções de complexidade na descrição da vida económica e social do século XVIII em França permite ao autor, num segundo momento, chamar a atenção para o que permanece de válido e actual no método estatístico serial. Uma curva de preços não é menos construída do que um estudo de caso: uma vez que em história tudo é manipulação e artefacto, a quantificação apresenta mesmo a vantagem de tornar explícito esse trabalho de construção inerente a qualquer tentativa de explicação. Lepetit — autor de uma importante tese sobre desenvolvimento urbano na época pré-industrial em França², na qual aplicou, precisamente, técnicas

estatísticas complexas com o objectivo de reduzir os efeitos de simplificação do modelo de análise — defende que o recurso à quantificação obriga o historiador a formalizar de modo mais rigoroso o seu programa de investigação: «Por um lado, ela constrange-o a precisar a questão essencial do nível de adequação aceitável entre as questões, os métodos de análise e as escalas de observação dos fenómenos. Por outro, ela obriga-o a decompor em proposições intermédias, testáveis em termos quantitativos, as suas hipóteses macroexplicativas, que, de outro modo, esgotariam os seus efeitos, tornando-se matéria de opinião» («L'histoire quantitative: deux ou trois choses que je sais d'elle», p. 238).

Ao lado de Labrousse, Braudel. Uma outra preocupação central na obra prende-se com a questão da temporalidade em história. Ela é mesmo decisiva: para Lepetit, todas as ciências sociais são históricas (todas interpretam fenómenos que se desenrolam no tempo, dotados de contingência e carácter irreproduzível). Mas a reflexão sobre o tempo e sobre a mudança é parte essencial da bagagem historiográfica do século XX e ela pode constituir o contributo específico da disciplina no diálogo com a sociologia, a antropologia ou a economia. Vejamos como, para o autor, ela pode continuar a dá-lo.

A construção analítica da longa duração e a teoria da coexistência de múltiplos tempos sociais permitiram uma ultrapassagem da visão linear e redutora do tempo na historiografia tradicional, fosse ela narrativa ou

² *Les villes dans la France moderne (1740-1840)*, Paris, Albin Michel, «L'évolution de l'humanité», 1988.

positivista. O potencial explicativo da metáfora braudeliana dos três patamares do tempo histórico, no entanto, começou a dar sinais de esgotamento de há duas décadas a esta parte. O interesse crescente pelo acontecimento e pelo papel do indivíduo nos processos de mudança social não é uma mera moda historiográfica: ele chama a atenção para a necessidade de renovar a reflexão sobre o tempo e para os impasses lógicos a que chegou a relação entre estrutura, conjuntura e acontecimento tal como ela foi apresentada em obras como o *Mediterrâneo...* Mesmo se Braudel escreveu que cada uma das três partes daquela obra representava um ponto de vista explicativo sobre a realidade, tornou-se clara, numa análise retrospectiva, a prevalência da estrutura sobre a conjuntura e desta sobre o acontecimento. Em especial, o investimento na força explicativa da longa duração e no par estrutura-conjuntura contribuiu para um determinismo explicativo e para a definição da curta duração como um «resto» mais ou menos irrisório da realidade histórica. Para Lepetit, uma vez mais, o desafio actual é voltar a tornar complexa a reflexão sobre o tempo histórico. Contra um tempo longo tornado exterior à vida social, praticamente a-histórico, trata-se hoje de prestar sobretudo atenção aos processos de mudança, sem abandonar a ideia de que o tempo humano «é múltiplo, e a coincidência cronológica nem sempre é a verdadeira contemporaneidade» («Espace et histoire», p. 130). É a partir do cruzamento

entre tempo e espaço, da forma particular de o tempo se actualizar em formas espaciais, dotadas de peso e memória, que o autor pensa abrir portas ali onde uma concepção redutora — do espaço, essencialmente, o qual, segundo Lepetit, nunca foi seriamente considerado de forma autónoma do tempo por um autor como Braudel — as tinha fechado. Em cada espaço histórico, com efeito, entram em relação de forma contemporânea formas de organização dotadas de cronologias distintas: o espaço económico francês do século XIX, por exemplo, explica-se pelo (des)encontro de formas ancestrais de *habitat* e povoamento, do multissecular papel centrípeta de Paris na estruturação do território, de redes viárias recentes e novos pólos de consumo criados pelas reorganizações administrativas. Dos desfasamentos criados entre estas estruturas produzidas a ritmos históricos distintos nasce a reactualização, a cada momento, pelos actores sociais, dos dados do jogo, adquirindo o sistema novas propriedades, sendo reproduzido e também transformado a cada momento. A questão é demasiado importante, evidentemente, para ser muito desenvolvida neste livro e, muito menos, para ser aqui bem resumida. Adiante-se que Lepetit via nas teorias da auto-organização nascidas na biologia, na termodinâmica e na cibernética — formuladas nomeadamente na *Nova Aliança*, de Prigogine e Stengers — uma fonte de inspiração para a criação de modelos teóricos para tratar adequadamente do problema da evolução dos sistemas espaciais, o qual devia ser

enriquecido com uma reflexão sobre o tempo. As epistemologias de R. Koselleck e de P. Ricoeur constituem nesta obra importantes pontos de apoio para pensar o tempo como experiência social.

Ausente deste livro está uma reflexão autónoma sobre o estatuto da escrita da história. Um pequeno artigo crítico dos trabalhos de Hayden White, intitulado «L'historicité d'un modèle historiographique» (pp. 80-86), mostra que o autor considerava inadequadas as concepções do chamado *linguistic turn*, que fazem depender a história essencialmente dos mecanismos da retórica e da literatura e tendem a anular a sua capacidade para explicar a realidade social. Para Lepetit, se a história é um discurso sobre o real, o qual é ontologicamente distinto desse discurso, ela mantém com ele relações essenciais de compatibilidade, empiricamente verificáveis e metodologicamente controláveis. O conhecimento histórico é aqui entendido como uma forma modesta, mas realista, de reduzir a opacidade do real. Outras pertenças — a um campo científico específico, à difusa solicitação social e ideológica de cada época — constituem condicionantes desse modo de conhecer. Trabalhando numa época de instabilidade teórica, a proposta de Lepetit, como se vê, situava-se na recusa da inevitabilidade da opção entre positivismo e retórica. Era certamente um dos mais fortes e imaginativos defensores dessa terceira via.

José Manuel Pureza, O Património Comum da Humanidade: Rumo a Um Direito Internacional da Solidariedade?, Afrontamento, Porto, 1998, pp. 307.

1. A monografia *O Património Comum da Humanidade: Rumo a Um Direito Internacional da Solidariedade?* reúne, em versão condensada, a dissertação de doutoramento que José Manuel Pureza apresentou na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, tendo um prefácio de Mário Ruivo.

Tal como o próprio título indicia, a tese fundamental que o autor pretende defender é a de que, nos dias de hoje, o direito internacional público, visto como um sistema de poder e de relações internacionais, transita para um novo paradigma.

Assim se vai distanciando de fases anteriores, com outras características, em que se anota a mera internacionalização de valores próprios dos Estados, mas em que não se vê, pelo menos num primeiro momento, a emergência de uma realidade comunitária internacional que se lhes imponha nos seus princípios e nos seus interesses privativos: «[...] este livro assenta no pressuposto de que, além de indicador de uma mudança de formas de solidariedade, o Direito Internacional Público se assume como um instrumento de combate à inevitabilidade de uma globalização que seja somente uma extensão dos princípios de regulação modernos e aplicação mundial do neodarwinismo social» (pp. 17 e 18).